



Decreto nº 288
de 13 de outubro de 2016

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO ONEROSA E
CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE
OPERAÇÃO, EXPLORAÇÃO COMERCIAL DO
TERMINAL RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS
NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO ALTOMANI, Prefeito do Município de São Carlos, no uso de suas atribuições, atendendo ao disposto na Lei Municipal nº 13.445, de 14 de outubro de 2004, combinado com o disposto nos artigos 5º e 16 da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e alterações posteriores, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, tendo em vista o que consta do processo administrativo nº 14.073/04, e

CONSIDERANDO a determinação do Tribunal de Contas do Estado conforme decisão proferida nos autos do Processo Administrativo TC-000027/010/07, onde foi julgado irregular o edital e respectivo contrato de concessão nº 129/2006;

CONSIDERANDO que a atual concessionária já foi devidamente notificada da referida decisão pela Prefeitura Municipal e que o prazo de sua concessão será encerrado de forma antecipada com a conclusão do novo certame, a ser realizado pela Municipalidade;

CONSIDERANDO que a Municipalidade deve dar início imediato aos procedimentos de regularização da contratação de administração e operação do Terminal Rodoviário do Município, fixando prazo para início dos trabalhos visando o novo certame com vistas a melhorar a qualidade dos serviços disponibilizados aos usuários;

CONSIDERANDO a necessidade de serem realizadas obras de revitalização, modernização e atualização dos equipamentos do Terminal Rodoviário do Município, impondo-se a realização de investimentos financeiros da qual a Municipalidade está impossibilitada de realizar com seus recursos próprios;

CONSIDERANDO a impossibilidade de a Prefeitura Municipal administrar o Terminal Rodoviário de Passageiros diretamente, devido a complexidade de tal operação, não dispor de pessoal qualificado para tal mister e nem possuir recursos para os investimentos necessários devido a determinação imediata do TCE,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica a Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito autorizada a iniciar o procedimento de licitação e promover a abertura de Concorrência Pública para a outorga à pessoa jurídica do setor privado, os serviços públicos de operação, administração, manutenção, conservação, reforma e exploração comercial do Terminal Rodoviário de Passageiros do Município, mediante a concessão



Decreto nº 288
de 13 de outubro de 2016

onerosa, pelo prazo de concessão de até 10 (dez) anos, renováveis ao interesse da administração.

Parágrafo único. A presente concessão é de caráter especial e de exclusividade, razão pela qual durante a sua vigência a Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito não poderá autorizar o funcionamento de áreas e pontos de embarque e desembarque no perímetro urbano e fora do Terminal Rodoviário de Passageiros. Caberá à nova concessionária a reforma parcial do Terminal Rodoviário, observado o projeto básico que deverá fazer parte integrante do edital.

Art. 2º Obedecidas as Leis Federais nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, e nº 8.987/95, o julgamento das propostas deverá ser pelo critério de maior oferta pela outorga da concessão, conforme o disposto no art. 15, da Lei nº 8.987/95, com as alterações da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998.

Art. 3º A concessionária dos serviços públicos será remunerada pelas seguintes receitas:

I – Tarifa de Embarque por Passageiro (TEP), fixado por ato do Poder Executivo;

II – Exploração dos serviços de guarda-volumes, estacionamentos e outros serviços prestados aos usuários;

III – Exploração de áreas comerciais internas e externas dentro do limite da concessão;

IV – Outras receitas alternativas complementares, acessórias ou de projetos associados ao Terminal, na forma do estabelecido no contrato de concessão. Havendo área disponibilizada, poderá explorar os serviços de estacionamento no Terminal, se couber.

Art. 4º O valor vigente das Tarifas de Embarque de Passageiros (TEP) dos serviços públicos de transporte coletivo rodoviário interestadual e intermunicipal é:

I – Nas viagens intermunicipais:

a) Para distâncias de até 39,9km (trinta e nove vírgula nove quilômetros): R\$ 0,69 (sessenta e nove centavos);

b) Para distâncias entre 40,0km (quarenta quilômetros) e 79,9km (setenta e nove vírgula nove quilômetros): R\$ 1,24 (um real e vinte e quatro centavos);

c) Para distâncias acima de 80km (oitenta quilômetros): R\$ 3,29 (três reais e vinte e nove centavos).

II – Nas viagens interestaduais e internacionais, independente das distâncias: R\$ 2,64 (dois reais e sessenta e quatro centavos).

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará e implantará as novas Tarifas de Embarque de Passageiros (TEP) dos serviços públicos de transporte coletivo rodoviário interestadual e intermunicipal, no prazo máximo de até



Decreto nº 288
de 13 de outubro de 2016

10 (dez) dias a partir da data de entrega das obras de revitalização e modernização, observando as seguintes regras:

I – Nas viagens intermunicipais:

a) Para distâncias de até 39,9km (trinta e nove vírgula nove quilômetros): R\$ 1,00 (um real);

b) Para distâncias entre 40,0km (quarenta quilômetros) e 79,9km (setenta e nove vírgula nove quilômetros): R\$ 2,00 (dois reais);

c) Para distâncias acima de 80km (oitenta quilômetros): R\$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos).

II – Nas viagens interestaduais e internacionais, independente das distâncias: R\$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos).

Art. 6º As novas Tarifas de Embarque de Passageiros pela Utilização de Terminal (TET) de que trata este artigo serão atualizadas anualmente por meio da aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, observada a seguinte fórmula:

$$\text{TEP R} = \text{TEP 0} \times (\text{IPCA} + 1)$$

Onde:

TEP R: valor da TEP após aplicação do reajuste de que trata o artigo 6º.

TEP 0: valor da TEP do ano anterior.

IPCA: variação do IPCA contabilizada nos 12 (doze) meses contados do último reajuste realizado.

§ 1º O reajuste será contabilizado a partir da data da apresentação da Proposta Comercial pela concessionária.

§ 2º Após o reajuste, serão considerados valores de Tarifa de Embarque de Passageiros de Terminal (TET) com duas casas decimais.

§ 3º Aplicada a fórmula supra, os novos valores reajustados terão vigência imediata, devendo a Prefeitura comunicar antecipadamente, com o mínimo de 15 (quinze) dias, a data de entrada em vigor e os novos valores a serem cobrados dos usuários.

§ 4º Os demais preços dos serviços disponibilizados serão fixados pela concessionária, obedecidos os critérios de mercado.

Art. 7º A partir da outorga da concessão, a concessionária será a única responsável pela mão de obra alocada nos serviços e respectivos insumos, sendo certo que, se não rescindidos os contratos atuais mantidos pela operadora do Terminal Rodoviário, a concessionária se sub-rogará nos direitos e obrigações dos que forem mantidos.

Art. 8º Concluída a nova licitação, a atual concessionária deverá ser notificada a desocupar o Terminal Rodoviário no prazo



Decreto nº 288
de 13 de outubro de 2016

máximo de 30 (trinta) dias da data de sua notificação, sob pena de serem tomadas as providências judiciais e administrativas pelo descumprimento.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 111, de 6 de maio de 2014.

São Carlos, 13 de outubro de 2016.



PAULO ALTOMANI
Prefeito Municipal

Registre-se na Divisão de Expediente e Publique-se



MARCIO BLOCK BERRIBILI
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão - Interino